

3º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONCIDADE-BC de 2019

ATA (05/12/2019) – 141ª Reunião do ConCidade-BC

Ao quinto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas e doze minutos, realizou-se a terceira reunião extraordinária do ano, sendo a centésima quadragésima primeira reunião do Conselho da Cidade, na Câmara de Vereadores, situada na Avenida das Flores, 675, no Bairro dos Estados, presidida pelo Sr. Carlos Humberto Metzner Silva (Secretário de Planejamento), com a presença dos seguintes conselheiros (as): Vladimir Marcolin Trautwein – Secretaria de Planejamento (S), Anderson dos Santos – Subprefeitura da Região Sul (T), Ana Beatriz M. Mattar – Fundação Cultural (T), Edson Luiz Bertelli - Secretaria de Gestão Administrativa (T), Valdir Rubens Walendowsky – Secretaria de Turismo (T), Adeltraut Zoschke Schappo - Diretora de Análises de Projetos (T), Maria Heloisa Lenzi - Secretaria de Meio Ambiente (T), Alex Haacke – Associação AME (T), Mauria Dalmas da Silva – Assoc. Moradores do Bairro dos Municípios (S), Valdir de Andrade - CONSEG BC (T), Luis Fernando Soares Bittencourt – CONSEG Centro BC (S), Valmira Kohls Butwilowicz – CONSEG Barra Norte (T), Rafael Pierozan – OAB (T), Eraldo Luiz de Carvalho Júnior – SINTRACESC (T), Luciene Cristine Vieira – CDL (T), Nelson Nitz – ACIBC (S) e José Wilson Alexandre – Rotary Club de Balneário Camboriú(S). O Sr. Carlos Humberto iniciou a reunião com a leitura da pauta de assunto único, publicada no Jornal Diarinho no dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezenove, sendo: Assuntos pertinentes acerca do processo de revisão do Plano Diretor de Balneário Camboriú e constituição da comissão para elaboração de diretrizes para a contratação de consultoria especializada, considerando as disposições do art. 231 da Lei Municipal 2686/2006. Relembrou que na reunião extraordinária do dia 24 de outubro de 2019 foi recomendado ao Poder Executivo que nomeasse uma comissão especial para dar prosseguimento a readequação do Plano Diretor, o que foi feito em 05 de novembro de 2019 conforme o Decreto Nº 9.638/2019 (anexo), a mesma se reuniu no dia 19 de novembro de 2019 conforme ATA (anexo) que o Sr. Presidente fez a leitura. O Presidente também colocou que fomos informados através do Ofício PRGR nº 3313/2019 (anexo), da decisão que deferiu parcialmente o pedido formulado pelo Ministério Público que trata sobre os trabalhos de revisão do Plano Diretor. Aberto espaço para manifestações o Conselheiro Nelson Nitz questionou se o que foi discutido nas reuniões dos delegados será modificado. O Presidente respondeu que onde o cenário mudou poderá ser modificado. O Presidente solicitou que os conselheiros interessados em fazer parte da comissão para elaboração de diretrizes para a contratação de consultoria especializada que fará o processo de revisão do Plano Diretor, se

manifestassem e esta ficou constituída pelos seguintes membros: Valdir de Andrade, Rafael Pierozan, Nelson Nitz e Alex Haacke. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Nada mais sendo dito, eu, Michela Denise Parno Alcantara Lima, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, composta de duas páginas para que assinada surtam seus efeitos legais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE

Lista 05/12/2019

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO DA CIDADE- REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 05/12/2019

Horário: 19:00 horas

Local: Câmara de Vereadores de BC

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL(09)

- Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária

Titular: Carlos Humberto Metzner Silva.: _____

Suplente: Vladimir Marcolin Trautwein: _____

- Emasa:

Titular: Douglas C. Beber Rocha : _____

Suplente: Eliani Varella Domingues: _____

- Subprefeitura da Região Sul / Obras:

Titular: Anderson dos Santos: _____

Suplente: Djandro G. S. de Souza: _____

- Fundação Cultural:

Titular: Ana Beatriz M. Mattar _____

Suplente: Lilian Martins Camargo: _____

- Procuradoria Jurídica:

Titular: Fabiana T. Buhner: _____

Suplente: Daniel Brose Herzmann: _____

- Secretaria de Gestão Administrativa / Secretaria de Articulação:

Titular: Edson Luiz Bertelli: _____

Suplente: Dalton C. Becker: _____

- Secretaria de Turismo / Sec. da Fazenda:

Titular: Valdir Rubens Walendowsky: _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE

Lista 05/12/2019

Suplente: Franc Ribeiro Côrrea: _____

- Diretora de Análises de Projetos/ Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública:

Titular: Adeltraut Zoschke Schappo: _____

Suplente: David T. Queiroz de Souza: _____

- Secretaria do Meio Ambiente:

Titular: Maria Heloísa Lenzi: _____

Suplente: Leandro Grzybowski da Silva: _____

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES
(06)

- Associação AME/Comitê do Rio Camboriú

Titular: Alex Haacke: _____

Suplente: Maria Goreti Sbégghen : _____

- Associação AMPE

Titular: Leandro Moraes: _____

Suplente: Cleberto F. Marcelino: _____

- Assoc. Moradores do Bairro dos Municípios

Titular: Thiago André Prazeres: _____

Suplente: Mauria Dalmas da Silva: _____

- CONSEG Balneário Camboriú

Titular: Valdir de Andrade: _____

Suplente: Domingos Casemiro Pinheiro: _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE

Lista 05/12/2019

- CONSEG Centro BC

Titular: Jair Rodrigues Palmeira: _____

Suplente: Luis Fernando Soares Bittencourt: _____

- CONSEG Barra Norte

Titular: Valmira Kohls Butwilowicz: _____

Suplente: Luiz Hildor Nuhrich: _____

REPRESENTANTES PELO SEGMENTO DOS TRABALHADORES (02)

- OAB:

Titular: Rafael Pierozan: _____

Suplente: Janete Regina Nola Canei: _____

- SINTRACESC:

Titular: Eraldo Luiz de Carvalho Junior: _____

Suplente: Gustavo Rauh Schoeder: _____

REPRESENTANTES PELO SEGMENTO DA ÁREA EMPRESARIAL(02)

- CDL

Titular: Luciene Cristine Vieira: _____

Suplente: Eliane Colla: _____

- SINDILOJAS

Titular: Rosemari Tomazoni: _____

Suplente: Hélio Dagnoni: _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE

Lista 05/12/2019

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS(01)

- ACIBC:

Titular: Fabiane Schlindwein: _____

Suplente: Nelson Nitz: _____

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS(01)

- ROTARY CLUB DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ :

Titular: José Wilson Alexandre: _____

Suplente: Marco Antônio Minikoski: _____

Outros Participantes:

Nome

Entidade

CONVITE

CONSELHO DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

O Conselho da Cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, convida a todos os seus membros, titulares e suplentes, e a comunidade Balneocamboriuense para participar da Reunião Extraordinária, convocada pelo Presidente do Concidade-BC, que acontecerá no dia 05 de dezembro de 2019, às 19:00 h. (dezenove horas), na sede da Câmara de Vereadores, localizada na Avenida das Flores, 675, Bairro dos Estados.

PAUTA:

1. Assuntos pertinentes acerca do processo de revisão do Plano Diretor de Balneário Camboriú e constituição da comissão para elaboração de diretrizes para a contratação de consultoria especializada, considerando as disposições do art. 231 da Lei Municipal 2686/2006.

Balneário Camboriú, 28 de novembro de 2019.



CARLOS HUMBERTO METZNER SILVA
Presidente do CONCIDADE-BC

R\$ 1,00

Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses

Janeiro/2018	Janeiro/2019	Agosto/2019	Setembro/2019	Outubro/2019	Total últimos 12 meses	Previsão acumulada 2019
30.286.004,99	60.082.404,48	67.790.177,08	67.407.242,17	69.602.401,52	681.251.820,65	786.520.680,00
20.437.000,34	20.796.144,79	21.382.000,05	22.144.673,80	22.001.705,03	156.660.224,76	314.218.500,00
4.898.485,11	5.113.982,45	5.293.532,44	4.898.185,97	4.943.978,00	146.449.494,27	500.800.000,00
5.294.006,18	5.204.602,00	5.755.178,88	5.438.670,23	5.389.662,05	60.024.537,67	60.830.000,00
5.647.490,03	6.207.202,66	6.495.189,53	7.476.124,64	6.464.600,20	60.551.136,21	60.530.000,00
3.666.500,26	3.797.986,87	3.804.482,17	3.851.721,64	3.464.602,11	35.664.551,64	36.000.000,00
1.050.017,75	1.283.946,93	1.266.055,93	1.650.681,95	1.600.608,67	31.247.135,55	18.814.000,00
4.462.091,11	4.407.000,47	4.504.096,34	4.537.449,78	4.604.006,42	55.161.100,36	52.030.000,00
17.246.900,81	16.945.006,93	2.283.006,46	62.336.127,83	64.543.592,69	186.451.675,14	73.267.000,00
15.941.716,25	16.297.736,78	2.381.657,87	61.601.407,16	63.121.096,66	186.081.694,16	62.616.400,00
1.465.184,56	246.150,15	621.442,59	447.246,64	1.211.601,36	7.561.442,76	13.000.000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.594.495,91	6.165.738,88	6.245.526,13	6.383.165,78	6.271.662,05	62.102.161,16	62.830.000,00
16.615.004,85	21.523.586,76	20.467.336,18	26.675.886,88	26.661.501,06	246.651.886,62	246.420.000,00
2.462.236,95	4.244.171,28	2.462.691,56	3.682.566,67	2.607.861,57	47.445.676,62	49.500.000,00
4.266.511,81	4.401.282,37	4.582.172,88	4.652.649,98	4.674.094,58	64.839.694,58	64.800.000,00
2.280.000,00	2.263.202,13	2.263.440,35	2.520.620,23	2.679.301,77	26.037.681,08	27.500.000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59.631,14	60.365,97	54.026,68	60.661,57	56.266,74	723.294,66	815.000,00
5.524.567,97	5.546.267,58	5.620.666,02	5.594.841,65	5.705.174,47	76.520.136,46	76.000.000,00
2.812.470,18	2.949.949,07	2.564.172,44	3.379.612,06	3.699.002,76	46.281.743,84	46.436.200,00

CONVITE

CONSELHO DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

O Conselho da Cidade de Balneário Camboríu, Estado de Santa Catarina, convida a todos os seus membros, titulares e suplentes, e a comunidade Balneário-camboriense para participar da Reunião Extraordinária, convocada pelo Presidente do Conselho-BCC, que acontecerá no dia 05 de dezembro de 2019, às 19:00 h. (dezenove horas), na sede da Câmara de Vereadores, localizada na Avenida das Flores, 675, Bairro dos Estados.

PAUTA:

Assuntos pertinentes acerca do processo de revisão do Plano Diretor de Balneário Camboríu e constituição da comissão para elaboração de diretrizes para a contratação de consultoria especializada, considerando as disposições do art. 231 da Lei Municipal 2686/2006.

Balneário Camboríu, 28 de novembro de 2019.

CARLOS HUMBERTO METZNER SILVA
Presidente da CONCIDADE-BC



DECRETO Nº 9.638, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Cria a Comissão Especial de Acompanhamento para a revisão e complementação do Plano Diretor do Município, nomeia os seus membros, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, com fundamento no inciso VII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município - Lei Municipal nº 933/1990, e considerando o interesse público, DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial para Acompanhamento para a Revisão e Complementação do Plano Diretor do Município.

Art. 2º A Comissão ora constituída será composta pelos seguintes membros:

I - Carlos Humberto Metzner Silva;

II - Rubens Spernau;

III - Vladimir Marcolin Trautwein;

IV - Marcos Augusto Kurtz;

V - Nelson de Oliveira;

VI - Valdir de Andrade;

VII - Rafael Pierozan; e

VIII - Maria Heloísa Furtado Lenzi.

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão Especial, ora constituída, são considerados de relevante interesse público, cujas atividades desenvolvidas pelos seus integrantes, não acarretará qualquer tipo de ônus aos cofres públicos municipais, como também os mesmos não terão uma função específica.

Art. 4º Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto Municipal nº 7.395, 28 de maio de 2.014.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 05 de novembro de 2019, 170º da Fundação, 55º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

[Download do documento](#)

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 07/11/2019

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

ATA Nº 01/2019 DA REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO DIRETOR

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às onze horas, na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, localizada na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, Rua Dinamarca nº 320, realizou-se a reunião da Comissão do Plano Diretor. Estiveram presentes os senhores: Carlos Humberto Metzner Silva, Vladimir Marcolin Trautwein, Marcos Augusto Kurtz, Nelson de Oliveira, Rafael Pierozan e Maria Heloísa Furtado Lenzi. Ficou decidido pela realização de uma reunião extraordinária com o conselho da cidade, onde será levado o calendário dos trabalhos que envolverão a complementação e adequação do plano diretor, bem como a realização de, no mínimo duas e no máximo cinco, reuniões por região da cidade, divididas da seguinte forma: 1ª Bairro da Barra, Nova Esperança, São Judas Tadeu e Praias Agrestes; 2ª Bairro dos Municípios, Vila Real e Iate Clube; 3ª Bairro dos Estados, Nações e Praia dos Amores; 4ª Bairro dos Pioneiros e Centro. Ainda foi decidido pela reabertura da conferência da cidade para discussão, chamando as mesmas entidades, que decidirão por nomear os seus delegados. E por não haver nada mais a tratar, depois de lida e achada em conformidade, a presente ata vai assinada por mim que secretariei, Ana Flávia Martins Machado, e pelos demais presentes.



Ana Flávia Martins Machado



Carlos Humberto Metzner Silva



Marcos Augusto Kurtz



Rafael Pierozan



Vladimir Marcolin Trautwein



Nelson de Oliveira



Maria Heloísa Furtado Lenzi



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

03113

OFÍCIO PRGR n. 3.313/2019

Balneário Camboriú, 02 de dezembro de 2019.

Ilustríssimo Senhor
CARLOS HUMBERTO SILVA
Digníssimo Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária

Ref. Cumprimento de decisão judicial.
Ação Civil Pública n. 5001023-71.2019.8.24.0005.

Prezado Senhor,

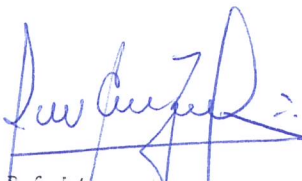
Através do presente, esta Procuradoria informa a Vossa Senhoria que o Município de Balneário Camboriú foi intimado da Decisão Liminar proferido na ação em epígrafe (cópia em anexo), que Deferiu parcialmente o pedido formulado pelo Ministério Público e que versava sobre os trabalhos de revisão do Plano Diretor.

Colhe-se da Decisão:

Isto posto, **DEFIRO PARCIALMENTE A LIMINAR requerida**, com fulcro no art. 12 da Lei 7.347/ 85, **para determinar ao Município de Balneário Camboriú que PROMOVA A REVISÃO DO ATUAL PLANO DIRETOR MUNICIPAL**, nos termos desta decisão. *(sem negrito no original)*

Por tal razão, **solicita-se, com o propósito de cumprir a decisão judicial**, que Vossa Senhoria **anote**, em local próprio e de costume, **que**, em relação a esta ação, **houve o deferimento parcial da Liminar**, bem como **que adote as providências necessárias ao seu cumprimento**.

Na expectativa de poder contar, mais uma vez, com a atenciosa acolhida de Vossa Senhoria, agradece-se antecipadamente, e aproveita-se a oportunidade para renovar os protestos de estima e consideração.


PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CAB/SC 13.602



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú

Avenida dos Flores, s/nº - Bairro: Estados - CEP: 88339900 - Fone: (47) 3261-1703 - Email: balcamboriu.fazenda@tjsc.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL Nº 5001023-71.2019.8.24.0005/SC

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RÉU: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

DESPACHO/DECISÃO

Vistos etc

Cuida-se de ação civil pública promovida pelo Ministério Público objetivando, em espartilhada síntese, a determinação judicial para que o Município de Balneário Camboriú promova a revisão do seu Plano Diretor, eis que extrapolado o limite de 10 (dez) anos previsto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade.

Aduzindo a inexistência de discricionariedade da Administração local frente à previsão legal objetiva, argumenta que durante anos o Município vem promovendo pequenas alterações do referido Plano Diretor, mas por intermédio de leis esparsas e algumas vezes hierarquicamente inferiores, sem respeitar os procedimentos necessários à modificação daquele, atendendo particularidades e interesses privados pontualmente.

Entende que *“no mínimo, se está a tentar burlar o mecanismo de revisão do Plano Diretor, colocando seu estado jurídico à dependência de intenções pontuais de empreendedores privados”* e que *“se tem como imprescindível a adoção dos mecanismos de revisão do Plano Diretor previstos no Estatuto da Cidade, seja por conta do atual padrão de atuação obscuro do Executivo Municipal – que atesta a incompatibilidade do plano com os padrões atuais de uso desta cidade - , seja em virtude unicamente da própria determinação legal”*.

Requeru, então, em sede liminar, a determinação para que o requerido interrompa a edição de medidas legislativas para alterar o Plano Diretor, especialmente quanto aos Projetos Especiais utilizados para alterar os padrões de uso de zonas urbanas, bem como para que inicie, no prazo de 20 dias, a elaboração de seu novo Plano Diretor, conforme a Lei Federal 10.257/2001.

A análise do pleito foi postergada à oitiva do requerido.

Citado, o demandado ofereceu resposta.

Contestou os pedidos asseverando, em análise perfunctória que reveste a presente decisão, que a ação civil pública não se presta ao desiderato pretendido pelo autor, eis que a apontada omissão exigiria *“ação direta de inconstitucionalidade por omissão”* (art. 103, §2º, da CF), requerendo sua extinção *initio litis*.

No mérito, argumentou que não há previsão legal cogente de revisão do Plano

5001023-71.2019.8.24.0005

310000234580 .V6



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú

Diretor pelo Município, pois o dispositivo normativo indicado na exordial (art. 40, §3º do Estatuto da Cidade) estipula a expressão “*pelo menos*”, tratando-se, entende, de disposição a garantir a discricionariedade da medida.

Assevera, ainda, que qualquer determinação judicial nesse sentido importará na intervenção indevida entre os Poderes da República, vedada constitucionalmente.

Entende que está promovendo, paulatinamente, a revisão do Plano Diretor Municipal, aduzindo que através do ofício 0759/2019 da Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, foram relatados “*todos os atos que foram praticados desde que foi deflagrado o processo de revisão do Plano Diretor, especialmente podendo-se destacar que os projetos de Lei que objetivava rever o Plano, assim como o Microzoneamento municipal, passaram por todas as etapas a cargo do Poder Executivo e já foram remetidos à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo previsto pelo Estatuto da Cidade*”, e que por “*iniciativa do próprio Ministério Público, o Município acabou entabulando um acordo objetivando a elaboração de um Estudo Sócio-ambiental*” previamente, motivo do não término da revisão.

Findou requerendo o indeferimento da liminar.

Vieram-me conclusos.

A preliminar de inadequação da via eleita, smj, não merece acolhimento.

Determina a Lei 7.347:

“Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

I - ao meio-ambiente;

(...)

III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

(...)

VI - à ordem urbanística.

(...)

VIII – ao patrimônio público e social.”

“Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú

cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.”

O próprio Estatuto da Cidade, a Lei 10.257/2001 alterou a Lei da Ação Civil Pública mencionada (Lei 7.347/85), modificando seu art. 4º, possibilitando a utilização de ação cautelar para evitar danos à ordem urbanística.

Exatamente o prejuízo à ordem urbanística, englobando o patrimônio público local e o meio ambiente, que o autor busca, através da presente, afastar.

Assim, processualmente, não vislumbro razões para indeferir o processamento pretendido, motivo por que afasto a proemial.

Adentro ao pedido de entrega **ab ovo** da prestação jurisdicional.

Da análise de todos os argumentos, entendo que apenas parcialmente a liminar pode ser deferida.

Ocorre que, efetivamente, compete ao Município rever, no prazo mínimo de 10 anos, o seu respectivo Plano Diretor, conforme determina o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001):

“Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

§ 5º (VETADO)



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú

A clareza do texto legal é solar, não comportando divagações literárias sobre o sentido da expressão “*pelo menos*”, uma vez que, cediço, *verba non sunt curanda ubi mens disponentis est aperta* (“não se devem cuidar das palavras quando a intenção daquele que dispõe está clara”).

Portanto, a revisão do Plano Diretor é imposição legislativa.

Ainda que o Município assevere que promoveu ou promove sua revisão, verifico que os procedimentos arrolados no ofício n. 0759/2019, da Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, efetivamente para promover aludida e necessária revisão, iniciaram em 2013 e findaram em 2015, com envio à Câmara de Vereadores de alguns projetos de lei, todos em 2016.

Contudo, em 2017 e 2018, os projetos restaram arquivados pelo Poder Legislativo Municipal, sem a necessária conclusão – alteração ou manutenção do Plano Diretor existente.

Assim, não houve a revisão do Plano Diretor conforme determina a Lei Federal.

§ Observo, ainda, no caso, que eventual análise *socioambiental* administrativa em andamento, deve ser realizada formalmente dentro do procedimento de revisão ora determinado, não servindo como óbice à imediata instauração daquele.

Portanto, transcorrido o prazo legal, e demonstrado que não houve a necessária revisão, resta, sem dúvida, o dever do requerido em promover o exame de seu Plano Diretor.

Não obstante, por evidente, que não pode, esta magistrada, dizer como e quais projetos podem ou não ser incluídos ou excluídos nessa revisão.

Ou, ainda, que não possa, o mesmo, ser integralmente mantido pelo Município, exatamente como hoje se encontra constituído.

• Ora, não há como o Poder Judiciário determinar que o Município elabore um “*novo*” Plano Diretor.

• A previsão legal estipula que o ente público promova a REVISÃO, ou seja, uma análise da adequação dos termos do Plano Diretor existente à atualidade, com as modificações estruturais e populacionais eventualmente ocorridas durante o decênio.

Não impõe que, a cada dez anos, o Município reinicie todo o processo legislativo e, a cada década, edite um novo plano diretor.

O próprio Estatuto da Cidade determina que “*os Municípios adequarão o plano diretor às disposições deste artigo, por ocasião de sua revisão, observados os prazos legais*” (art. 42-A, §3º).

Assim, o transcurso do prazo, diante da dinâmica vida nas cidades, (mormente como este Município que vê aumentada sua população e suas edificações de forma



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú

extremamente célere), exige que o planejamento da cidade seja reanalisado, tempestivamente, a fim de atualizar e compatibilizar as políticas setoriais, verificar as diretrizes e planos do governo, organizar o orçamento, compatibilizar recursos naturais, sistematizar prestação dos serviços públicos, constatar desigualdades, analisar resultados do planejamento anterior, e tantas outras medidas, sempre a bem dos munícipes e visitantes e à organização do desenvolvimento da urbe.

Os procedimentos para a revisão, embora não previstos em lei própria e nem mesmo no Estatuto da Cidade que a determina, estão orientados pelas Resoluções 25 e 83/2009 do Conselho das Cidades ou ConCidades, então pertencente ao Ministério das Cidades, hoje extinto e integrado ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Aludido Conselho detém competência para “*propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução*” e para “*propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente*” (arts. 1º e 3º, do Decreto 5790/2006).

Portanto, transcorrido o prazo de lei, ao requerido cabe promover a revisão do Plano Diretor do Município, com base naquelas recomendações do ConCidades, garantindo a realização de “*audiências ou consultas públicas*” e “*a participação da população e de associações representativas de vários segmentos da sociedade*”.

Contudo, não há como este Juízo determinar ao requerido o que deve ou não ser modificado no Plano Diretor, tampouco quais regras deve extirpar ou incluir naquele, conforme requer, o autor, na inicial (fls. 46/47).

Há uma gama imensa de recursos legislativos que competem ao Executivo e ao Legislativo, que não são passíveis de sofrer intervenção judicial, os quais poderão ou não estar no Plano Diretor.

Isso porque aludido plano é, efetivamente, o norte do Município para a adequação de seu território, nele inserindo as regras básicas de crescimento urbano, conforme art. 182 da Constituição Federal e como prevê o art. 40 da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade – supra transcrito (***caput***: “*O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*” e §1º “*O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas*”).

Isso não importa, portanto, em absoluto, na ilegalidade ou inconstitucionalidade de todos os outros instrumentos de que dispõe, o ente público, para organizar o desenvolvimento de sua comunidade.

Ou seja, nem toda previsão normativa que não esteja no Plano Diretor, ainda que sobre o ordenamento do território municipal, pode ser considerada irregular ou inconstitucional, assim como nem todo projeto relativo às edificações urbanas deverá,



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú

necessariamente, estar no Plano Diretor para ter eficácia e validade.

O Estatuto da Cidade permite aos municípios legislar sobre programas e projetos específicos de ordenamento do espaço urbano, desde que compatíveis com o Plano Diretor Municipal.

Não veda, porém, muito ao contrário, permite, a edição de outras normas sobre o desenvolvimento e expansão urbanos pelo Município, em complementação àquele:

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, **entre outros instrumentos:**

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

III – planejamento municipal, em especial:

a) plano diretor;

b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;

c) zoneamento ambiental;

d) plano plurianual;

e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

f) gestão orçamentária participativa;

g) planos, programas e projetos setoriais;

h) planos de desenvolvimento econômico e social;

IV – institutos tributários e financeiros:

a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;

b) contribuição de melhoria;

c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

V – institutos jurídicos e políticos:

a) desapropriação;

b) servidão administrativa;



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú

- c) limitações administrativas;
- d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
- e) instituição de unidades de conservação;
- f) instituição de zonas especiais de interesse social;
- g) concessão de direito real de uso;
- h) concessão de uso especial para fins de moradia;
- i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- j) usucapião especial de imóvel urbano;
- l) direito de superfície;
- m) direito de preempção;
- n) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- o) transferência do direito de construir;
- p) operações urbanas consorciadas;
- q) regularização fundiária;
- r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- s) referendo popular e plebiscito;
- t) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária;
- u) legitimação de posse.

VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

§ 1º Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta Lei.

§ 2º Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú

§ 3º Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.

E em diversos outros artigos aludido estatuto possibilita ao Município legislar sobre o ordenamento de seu território, através de normas não necessariamente integrantes do Plano Diretor.

Sobre a questão já se pronunciou o colendo Supremo Tribunal Federal, editando tese com repercussão geral (item 3, da ementa):

“CONSTITUCIONAL. ORDEM URBANÍSTICA.COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS. PODER NORMATIVO MUNICIPAL.ART. 30, VIII, E ART. 182, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.PLANO DIRETOR. DIRETRIZES BÁSICAS DE ORDENAMENTOTERRITORIAL. COMPREENSÃO.

1. A Constituição Federal atribuiu aos Municípios com mais de vinte mil habitantes a obrigação de aprovar Plano Diretor, como “*instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana*” (art. 182, § 1º). Além disso, atribuiu a todos os Municípios competência para editar normas destinadas a “*promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo, do parcelamento e da ocupação do solo urbano*” (art. 30, VIII) e a fixar diretrizes gerais com o objetivo de “*ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos habitantes*” (art. 182, caput). **Portanto, nem toda a competência normativa municipal (ou distrital) sobre ocupação dos espaços urbanos se esgota na aprovação de Plano Diretor.**

2. É legítima, sob o aspecto formal e material, a Lei Complementar Distrital 710/2005, que dispôs sobre uma forma diferenciada de ocupação e parcelamento do solo urbano em loteamentos fechados, tratando da disciplina interna desses espaços e dos requisitos urbanísticos mínimos a serem neles observados. A edição de leis dessa espécie, que visa, entre outras finalidades, inibir a consolidação de situações irregulares de ocupação do solo, está inserida na competência normativa conferida pela Constituição Federal aos Municípios e ao Distrito Federal, e nada impede que a matéria seja disciplinada em ato normativo separado do que disciplina o Plano Diretor.

3. Aprovada, por deliberação majoritária do Plenário, tese com repercussão geral no sentido de que “*Os municípios com mais de vinte mil habitantes e o Distrito Federal podem legislar sobre programas e projetos específicos de ordenamento do espaço urbano por meio de leis que sejam compatíveis com as diretrizes fixadas no plano diretor.*” (STF, RE 607940/DF. Rel. Min. Teori Zavascki, julg 29/10/2015).



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú

Disso se conclui que a revisão do Plano Diretor não importará, necessariamente, em sua modificação ou na inclusão de todo texto de norma municipal posteriormente editada.

Cada norma terá sua validade, em conformidade com as balizas ditas pelo Plano Diretor.

Caso alguma lei ou decreto desrespeite as normas gerais por ele ditas, caberá, então, a promoção de medidas (judiciais ou não) para analisar sua legalidade e constitucionalidade.

Não cabe, creio, ao Poder Judiciário, por outro lado, dizer quais normas devem ser editadas, prerrogativa dos outros Poderes do Município.

Isto posto, DEFIRO PARCIALMENTE A LIMINAR requerida, com fulcro no art. 12 da Lei 7.347/ 85, para determinar ao Município de Balneário Camboriú que **PROMOVA A REVISÃO DO ATUAL PLANO DIRETOR MUNICIPAL**, nos termos desta decisão.

Intimem-se

Documento eletrônico assinado por **ADRIANA LISBOA, Juíza de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310000234580v6** e do código CRC **93d4c3a6**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ADRIANA LISBOA
Data e Hora: 13/11/2019, às 11:46:58

5001023-71.2019.8.24.0005

310000234580 .V6